

PARA ALÉM DOS VERDES CARNAUBAIS: A interferência humana no Vale do Açu a partir da escrita de Celso Dantas da Silveira

Ericlis Dantas de Oliveira⁶⁸

RESUMO:

Nosso objetivo foi discutir a escrita de Celso da Silveira, no que tange a discussão em torno da interferência humana no Vale do Açu, estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, fizemos uso dos livros, *Tempo Passatempo* (1995), e *Salvados do Assú* (1996), ambos de autoria de Silveira. Dentro deste apanhado, no primeiro livro citado, destacamos a crônica *Mata Sem Sobras*, e no segundo livro, ressaltamos a existência de duas crônicas que visaram deixar os leitores informados a respeito do potencial econômico do Vale do Açu para o Estado, estes escritos têm como título: *Vale I*, *Vale II*. Nesse sentido, dialogamos com Michel Collot (2012, p. 22), por meio do conceito de *Geografia Literária*, compreendendo não a interferência humana no Vale do Açu, mas também, a construção de uma geografia literária.

PALAVRAS-CHAVE: Assú-RN; Intelectuais; Natureza; Agricultura; Semiárido.

BEYOND THE CARNAUBAL GREEN: Human Interference In The Açu Valley
Based On The Writing Of Celso Da Silveira

ABSTRACT:

Our objective was to discuss Celso da Silveira's writing, regarding the discussion around human interference in Vale do Açu, state of Rio Grande do Norte. To this end, we made use of the books, *Tempo Passatempo* (1995), and *Salvados do Assú* (1996), both written by Silveira. Within this overview, in the first book mentioned, we highlight the chronicle *Mata Sem Sobras*, and in the second book, we highlight the existence of two of chronicles that aimed to leave readers informed about the economic potential of Vale do Açu for the State, these writings are titled: *Vale I* and *Vale II*. In this sense, we dialogue with Michel Collot (2012, p. 22), through the

⁶⁸ Licenciado em História pela UERN; Mestre em História dos Sertões pelo PPGHC-UFRN; atualmente, doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da UFRN. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Regional e Saberes Locais. Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6636531146430464>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8237-5655>. E-mail: ericlis2010@gmail.com.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade



concept of Literary Geography, understanding not human interference in the Açú Valley, but also the construction of a literary geography

KEYWORDS: Assú-RN; Intellectuals; Nature; Agriculture; Semi-arid.

Introdução

Os carnaubais ao longo do século XX, foram utilizados como símbolo da cidade de Assú. As características desta árvore são detalhadas em vários versos por poetas assuenses, classificando esta palmeira nativa não só como elemento da paisagem local, mas sim, como inspiração para as pessoas nascidas em Assú. Nesta seara, por meio da escrita de Celso da Silveira, é possível entender os motivos para que escritores assuenses escrevessem tanto sobre os carnaubais. No livro *Salvados do Assú* (1996), o nosso intelectual frisou questões relacionadas ao uso da carnaúba no texto denominado de *O boi vegetal*.

O apelido de “boi vegetal” é uma analogia ao boi animal, pois este último é considerado um ser vivo que tudo dele se aproveita, por isso a comparação, pois cada parte da carnaubeira é aproveitada para fins diversos, figurando como matéria prima de “milhares de casas [...], desde o esteio à cobertura, e o seu emprego na confecção de currais de gado teve influência decisiva no desenvolvimento do ciclo da pecuária” (SILVEIRA, 1996, p. 21). Dito isto, destaca-se a relevância da planta no que concerne o seu valor econômico.

A respeito do uso econômico da referida palmeira, Adriana Lima (2007, p. 36), destaca que o emprego da extração da cera dos carnaubais teve sua primeira ocorrência no Rio Grande do Norte, na primeira metade do século XIX. Ainda conforme a autora, mesmo sem grandes tecnologias, havia o conhecimento de que as grandes extensões de carnaubais poderiam somar-se à balança econômica da região que hoje é compreendida como o nordeste brasileiro.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Nesse sentido, dentro da realidade econômica da região do Vale do Açu, os carnaubais fomentaram a economia local entre fins do século XIX e início do XX. Toda essa relação com os carnaubais denotam a presença ativa que a planta tinha nas famílias bastadas da região do vale do Assú, tendo em vista que muitos proprietários de terra se beneficiaram da extração da cera da carnaubeira.

É deste nicho de proprietários de terra, beneficiados pelo comércio com os carnaubais, que saíram boa parte dos intelectuais assuenses que declamaram em versos as belezas dos verdes carnaubais e, tornaram a planta um símbolo da cidade que adquiriu o epíteto de *Terra dos Verdes Carnaubais*. Por meio desta escrita poética em torno da natureza da região, eles construíram uma geografia literária, criando uma áurea harmoniosa para Assú e o Vale. Para Michel Collot (2012, p. 22) Quando essa geografia literária é “concebida bem mostra como uma obra se prende a um território, mas esquece de mostrar como ela o transforma para construir seu próprio espaço, que é o do imaginário e da escrita, que não se acha senão no texto, e que não se pode transferir para nenhum mapa do mundo conhecido”.

Esse espaço próprio construído em torno de Assú passa a impressão de que existem apenas carnaubais na região, desconsiderando toda uma vegetação nativa da caatinga, como afirma Collot, trata-se de uma espacialidade que existe apenas na escrita e no imaginário de quem a concebe. Sobre a variedade da flora nesse bioma, Antônio Castro e Arnóbio Carvalho (2011, p. 14) ressaltam que a caatinga é um ecossistema rico em biodiversidade, tendo em vista que “a flora já levantada registra cerca de 1.500 espécies das quais um quinto são espécies endêmicas (exclusivas). Estima-se que o total de espécies vegetais na Caatinga possa ultrapassar 2 mil”. Assim, compreendemos que a paisagem dita em verso não condiz com a realidade, ela é uma topografia sentimental, imaginada, que só pode ser encontrada no imaginário de quem a cria. Ou seja, a espacialidade real do Vale do Açu, da qual o espaço literário se inspira, tem muito mais espécies de plantas do que apenas os carnaubais. Diante disto, o nosso objetivo é discutir a interferência humana no Vale

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

do Açu, a partir da escrita de Celso da Silveira, atendendo-se para os usos da natureza para além dos carnaubais.

Mata sem “sobras”: a ação humana e o impacto nas reservas naturais de Assú.

Para além de uma escrita em torno dos carnaubais, na crônica *A mata sem “sobras”* contida no livro *Tempo Passatempo* (1995), Celso teceu críticas ao desmatamento irracional da caatinga da região. Segundo José Alves (2007, p. 59), desde o período da colonização do Brasil, acreditou-se que a caatinga era o resultado da degradação de outras formações vegetais encontradas na Mata Atlântica ou da Floresta Amazônica. Essa falta de conhecimento em torno da caatinga fez com que este bioma fosse considerado pobre em diversidade, contudo, ainda de acordo o autor, a caatinga se trata de um tipo de vegetação rica em biodiversidade de fauna e flora.

Sobre a ocupação da caatinga, Castro e Cavalcante (2011, p. 14) destacam que cerca de 80% do bioma foi antropizado. Ainda segundo os autores, as drásticas mudanças ocorridas no bioma se deram a partir do uso desenfreado da mata nativa para madeira, lenha, carvão e atividades agropecuárias. O manejo inadequado da caatinga provocou “degradação dos recursos naturais em imensas áreas, gerando em diversos locais, um processo de desertificação provavelmente irreversível”. (CASTRO; CAVALCANTE, 2011, p.14).

Esse processo de extração desenfreada da madeira nativa em Assú é descrito por Celso da Silveira na crônica *Mata sem “sobras”*, o cronista iniciou o texto descrevendo o dia de trabalho dos lenhadores, começando pelo turno da manhã:

Chegaram uns homens num caminhão roncador, penduraram as “borrachas” d’água nos galhos aparados da catanduba, apanharam no matulão a rapadura e a farinha e, sentados sobre toros antigos, consumiram sua ração matinal. Dessedentaram-se nas quengas de côco que trouxeram como canecas, passearam o polegar no gume dos

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

machados, puseram-nos ao ombro e embrenharam-se na mata (SILVEIRA, 1995, p 47).

A *priori*, não há a informação quanto ao local exato onde aconteceu a extração de madeira que Celso narrou, também não é informado se esses lenhadores são de uma outra região do Estado, ou se seriam naturais de Assú. Apesar disso, nos revelou informações importantes sobre o trabalho destes lenhadores, como por exemplo, o transporte que usavam para chegar até determinado ponto da mata, a alimentação à base de rapadura e farinha, o hábito de passar o polegar no gume do machado, possivelmente para verificar se o mesmo estava amolado. Após isso, adentravam na mata. A distância que eles percorriam era longa por dentro da mata:

Um trac-trac de paus frágeis esmagando-se sob os pés dos lenhadores que se ia tornando menos ouvido, denunciava a distância que os homens tinham vencido do caminhão mata-à-dentro. Depois começaram a chegar ao pequeno acampamento improvisado – onde ficaram o motorista e o comprador de madeira – os primeiros sons de toc-toc dos machados ferindo as árvores. (SILVEIRA, 1995, p 47).

A forma pela qual Celso descreveu a entrada dos lenhadores na mata da caatinga evidencia que a região possuía uma mata densa que escondia os lenhadores que nela adentravam. Diferente do senso comum que relega a densidade arbórea a outros biomas, como bem destaca Antônia Evangelista (2010, p. 154), é possível encontrar na caatinga regiões com matas de características arbustivas, como também de porte arbóreo e denso. Contudo, ainda segundo a autora, atualmente os pontos de densidade da caatinga são escassos devido as pressões antrópicas.

A densidade da mata local é destacada pela dificuldade em visualizar e precisar a distância em que os lenhadores estavam. Como o cronista afirmou, a localização dos cortadores era denunciada pelos baixos ruídos dos passos quebrando os paus frágeis sob seus pés. No local de onde partiram para entrar na mata, ficavam apenas o motorista do caminhão roncadador e o comprador de madeira. Deste ponto inicial, sabia-se que os lenhadores haviam parado de se embrenhar na mata quando

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

os barulhos dos galhos frágeis acabavam e em seguida começavam a chegar até o acampamento o barulho do machado cortando as árvores que seriam extraídas.

A pausa na extração da madeira era realizada por volta do meio dia, Silveira descreveu que aos poucos os lenhadores saíam da mata, “primeiramente dois, depois mais seis, para a refeição da hora do almoço. Logo após, internaram-se no mato outra vez. Mais toc-toc de machados. Mais ruídos de árvores golpeadas, desabando por cima de outras menores” (SILVEIRA, 1995, p. 48). Por fim, o expediente de trabalho acabaria somente no fim da tarde, com muitos troncos aos ombros:

Tardinha, os lenhadores ressurgiram, com grossos troncos aos ombros. Foram trazendo as árvores desganhadas e arrumando-as no lastro da carroceria do caminhão. uma, duas, dez, cem árvores. Pau-branco, Catingueira, Pereiro, Marmeleiro, Pau-d’arco, Catanduba, Facheiro, Aroeiras e mil essências que, no inverno, exsudavam seus cheiros e afluavam as flores amarelas, roxas e brancas. (SILVEIRA, 1995, p. 48).

É perceptível nesta crônica a preocupação que Celso da Silveira tinha com a vegetação da caatinga, bioma predominante no Vale do Açu. Além de apenas elencar quais eram as árvores desmatadas, ele percebeu que a paisagem não seria mais a mesma com o desmatamento da flora local, visto que no inverno (período chuvoso), não haverá sumido apenas as árvores, mas junto com elas, desaparecerão também as flores e os cheiros que elas exsudavam ao florescer.

No quesito paisagem, Silveira foi além do “farfalhar dos verdes carnaubais” e lançou luzes para um Vale do Açu de paisagem composta por outras árvores, a exemplo do Pau-branco, Catingueira, Pereiro, Marmeleiro, entre outros de flores amarelas, roxas e brancas. Assim, vislumbrou-se um Vale que não é somente verde, mas que possui dentre outras cores o amarelo, o roxo e o branco, todos com aromas distintos enriquecendo a composição paisagística da flora do Vale.

Ao final do dia, os homens voltavam à cidade. Celso enfatizou que a visita a este ponto da mata não foi o único, o desmatamento foi constante:

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Os homens beberam água. Lavaram a lâmina dos machados, derramaram as “borrachas” e, subindo para o veículo, regressaram à cidade. Outras viagens àquele ponto da mata foram feitas. Esgotaram as reservas florestais dali e passaram a outro ponto. E mais outro, por anos e anos. Terminaram sem onde tirar sequer lenha para alimentar o fogo da trempe onde se equilibrava a panela do feijão. Esta era, mais ou menos, a situação das “matas” que ficavam situadas nos terrenos chamados de ‘sobras’, no Assu” (SILVEIRA, 1995, p. 48-49).

Apesar de não sabermos a sequência do desmatamento, foi possível identificar quais são essas matas que Celso se posicionou em defesa, podemos afirmar que o desmatamento alcançou diversos locais na região do Vale do Açu. Foi extraído madeira por anos a fio até esgotar as reversas florestais, transformando os terrenos de “sobras” em Assú em terreno de matas sem “sobras”. De fato, o consumo exacerbado de matéria prima na região não afetou só a natureza, mas também a paisagem e, o próprio modo de vida de homens e mulheres daquele local:

A imprevidência do homem, a sua má orientação, a ausência de uma educação florestal levaram-no a desmatar as terras das sobras Datas de Piató, Lagoinha, Tanques e Carnaubinha, deixando-as arrasadas. Hoje, quem quer uma ripa, um caibro, uma “linha”, um mourão de porteira, uma forquilha, uma simples estaca para cerca nos arredores dessas terras, terá que se socorrer das serrarias de madeiras importadas. (SILVEIRA, 1995, p. 49).

Para Celso da Silveira, o que faltou ao homem foi orientação e educação florestal. Esse conhecimento sustentável acerca da fauna e flora levou o homem a desmatar as sobras das matas. Só no final da crônica que nos é relevado quais são as matas que se tornaram sem sobras, de acordo com Celso, as áreas devastadas foram: Datas de Piató, Lagoinha, Tanques e Carnaubinha. O desmatamento desenfreado acarretou na impossibilidade de o homem local adquirir manualmente madeira de boa qualidade para a construção de utensílios necessários à sua moradia, tornando-se dependente das madeiras importadas das serrarias.

Vale seco e fértil: atraso e modernidade no sertão do Vale do Açu

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Visando expor as potencialidades do Vale do Açu e torna-lo atrativo para o investimento do governo, Celso republicou uma série de três crônicas de 1956 no livro *Salvados do Assú* (1996), o objetivo delas era pôr em circulação o potencial do Vale como um celeiro produtivo do Estado. Aqui, adentramos num ponto de relevância para Celso da Silveira, pois, para o intelectual, a cidade não deveria apenas restaurar sua importância cultural no Estado, mas também reafirmar a sua potencialidade econômica.

É válido destacar que para Silveira não era somente a importância literária do município que teve sua glória no passado, o destaque econômico também se situava no pretérito. Desta maneira, afirmou que “Assu já foi considerado ‘o empório comercial do sertão do Estado’, nos idos de 1890. A Cidade, 12.08.23” (SILVEIRA, 1996, p. 90). Sua afirmativa é feita tomando como referência o trecho de uma publicação do Jornal A Cidade, datado do ano de 1923, de toda forma, destacou o ápice econômico da *urbe* como sendo em fins do século XIX. Por esse viés, compreendemos que a argumentação do intelectual em tela, parte da premissa de que pouco mais de uma década após a cidade ter sido considerada o empório comercial do sertão, a mesma não havia recebido o devido investimento que propiciasse o desenvolvimento das potencialidades do Vale do Açu. Diante do exposto acima, as informações que são postas nas três crônicas versam a respeito do desenvolvimento econômico do Vale.

Afirmamos que a reivindicação por uma riqueza econômica que alçaria o Vale do Açu à uma potência produtiva tem como foco as futuras gerações. Isso é reforçado pela republicação dos textos, entre a publicação original e a republicação, são 40 anos de uma reivindicação não atendida. As três crônicas foram publicadas pela primeira vez no jornal de Natal, vale lembrar do caráter volátil que os periódicos possuem, nesse sentido, o suporte do livro não apenas faria os textos circularem novamente, mas também possibilitariam uma permanência das intenções de Celso para a posteridade.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

A primeira crônica é intitulada de *O Vale I*, este primeiro texto da série acerca do Vale atentou sobre o traçado e as características naturais da região. Delineando e expondo ao leitor as características do solo e a extensão do Vale. A forma como Celso da Silveira escreveu sobre o Vale é diferenciada, pois não é voltada para um passado ou a enaltecer a paisagem por meio de uma verve poética. Ele estava se propondo a fazer seus leitores conhecerem o Vale e suas potencialidades de investimentos. Os números das áreas informadas por Silveira (1996, p. 5), seguem essa lógica, pois, afirmou que de 69.600 hectares, 18.000 hectares se encontravam em condições ao emprego da irrigação, embora o potencial de irrigação chegasse quase ao dobro, numa área de 34.000 hectares.

Destarte, quando se fala em investimento e economia, o Vale não foi representado de forma verdejante como em outras circunstâncias, o Vale que emergiu na escrita de Silveira é seco, não aproveitado ou defeituosamente aproveitado. Porém, mesmo não sendo usado de forma adequada, nosso intelectual enfatizou que qualquer espécie de cultura agrícola se presta neste Vale seco.

Todavia, os locais onde em sua maioria se encontram as plantações das culturas “são sítios que em geral não medem mais de trinta tarefas, possuindo inúmeros cata-ventos ou moto-bombas, cuidados com capinadeira à tração animal, quando não trabalhados com a enxada e excesso de suor do homem”. (SILVEIRA, 1995, p. 5). São propriedades pequenas e de pequenos trabalhadores com formas e ferramentas de trabalho vistas como “arcaicas”, para Celso da Silveira a situação em que o Vale se encontrava era de um atraso que precisava ser combatido com investimento por parte do governo e implementação de projetos de modernização e desenvolvimento do mundo rural.

Nessa perspectiva ele se posicionou e defendeu que “esses pomares já explorados, muito embora que em quantidade incrivelmente ridícula, servem para mostrar aos governos a riqueza embrionária nas entranhas da várzea do Assu”

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

(SILVEIRA, 1995, p. 5). Deste modo, o exemplo do pequeno agricultor, apesar de ser criticado, é usado como exemplo para demonstrar ao governo uma riqueza considerada embrionária, que precisaria ser desenvolvida por técnicas de modernização do campo. Sobre a modernização das técnicas de produção no Vale, Celso afirmou que existiram outras solicitações que não foram atendidas, o próprio fato dele republicar os textos sobre o Vale, 40 anos depois, nos indica que a solicitação por ele feita em 1956, não foi atendida da maneira que estimulasse toda a potencialidade que ele vislumbrava para o Vale.

De acordo com Francisco Pinheiro (2018, p. 53), entre as décadas de 1950 a 1960, há a implementação de estudos e projetos que foram desenvolvidos na região, por órgãos regionais, a exemplo do Banco do Nordeste Brasileiro e da SUDENE. Conforme o autor, estes órgãos buscaram modernizar e reequipar a indústria local, posteriormente, após golpe militar de 1964, a SUDENE passou a estimular a implementação de filiais de empresas do Centro-Sul brasileiro no Nordeste. Nesse período, afirma o autor, que a maior concentração de renda rural estava concentrada na exploração dos carnaubais e do algodão herbáceo, é nesse contexto “que se dá o processo de modernização da agricultura local, com a chegada da Empresa Agropecuária Knoll, em 1971, que mobiliza a irrigação para fins comerciais”. (PINHEIRO, 2018, p.53)

A respeito do investimento do Banco do Nordeste, Celso da Silveira salientou a incrementação dos moinhos, por este viés, aproveitou para elencar o potencial hídrico do Vale seco. Os moinhos são como “sondas-pioneiras que perfurassem o solo, para arrancar dele, a uma profundidade mínima de 4,5 e máxima de 8 a 9 metros, o líquido abundante que forma os lençóis freáticos inesgotáveis que cortam, em todo seu espaldado, o sub-solo da várzea” (SILVEIRA, 1996, p. 6). Essa observação feita pelo intelectual é vista por ele como uma possibilidade de dar continuidade ao plantio das culturas em períodos de estiagens, ou até mesmo nos perímetros mais distantes do acesso ao rio.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Quanto às ferramentas de trabalho no campo, o instrumental também era tão modesto quanto as moradas dos homens e mulheres da várzea. Seu “instrumental agrícola ainda é, em sua grande maioria, construído de enxada, picareta, chibanca, pá e algumas capinadeiras à tração animal” (SILVEIRA, 1996, p. 6). A ênfase dada no “ainda é”, reforça um pensamento social de atraso em comparação a algo, neste caso, um atraso em comparação à outras ferramentas consideradas modernas e que em sua grande maioria não esteve de fácil acesso aos varzeanos.

O desenvolvimento do sertão acontecia à passos lentos, enquanto muitos agricultores faziam uso de ferramentas mais simples, “data de um ano a esta parte, o uso, em meia dúzia de propriedades, do trator Caterpillar de quatro cilindros, no preparo da terra para receber as sementes que – se há chuva – logo se transformam em produtivos algodoads”. (SILVEIRA, 1996, p. 6-7). O relato do trator Caterpillar é uma exceção no contexto tratado por Celso, de antemão pensamos que o uso do trator se dava por donos de terras com mais posses.

Ainda sobre as plantações de algodões, a referência à fertilidade do solo é novamente reforçada, assim Celso afirmou que “o solo oferece excelentes condições ao florescimento do algodão ‘paulistinha’ e ‘verdão’ ou herbáceo, tendo sido constatado, em algum núcleo próspero de um raro proprietário abastado, que podem ser colhidas quase três anuais, desde que o solo conserve sua umidade” (SILVEIRA, 1996, p. 7). Nesta fala de Celso da Silveira, evidenciamos a existência de proprietários abastados no Vale do Açu, mesmo sendo uma minoria rara, eles conseguiam produzir e colher bem mais produtos das culturas plantadas. Por esse viés, compreendemos que o uso de ferramentas mais modernas, a exemplo do trator Caterpillar, era uso pessoal dos raros proprietários abastados.

Em suma, a maior parte dos agricultores locais não possuíam as mesmas condições técnicas de plantação, em contraste com produtores abastados. Conforme

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Francisco Pinheiro (2018, p. 54), a fruticultura exercia importante papel econômico no Vale do Açu, contudo, se detinha a abastecer um mercado local, atendendo as demandas de subsistência, nesse sentido, não se configurava num mercado amplo que atendesse uma rede complexa do comércio. O autor ainda afirma que apenas em 1980, é que essa realidade foi sendo alterada, após a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves e o crescente interesse de multinacionais exportadoras de frutas na região.

A segunda crônica com temática do Vale do Açu tem como título *O Vale II*, este segundo texto continuou a defesa pelo desenvolvimento do Vale, contudo, com ênfase nos canais de irrigação. Neste contexto, a Barragem Armando Ribeiro assume papel crucial para esta discussão durante a segunda metade do século XX, de acordo com Francisco Pinheiro (2018, p. 188), no período da construção da barragem, em fins da década de 1970, mesmo alguns moradores do Vale que se posicionaram contra a construção da represa, afirmavam que era preciso investir na construção de escolas agrícolas para a capacitação de técnicos no Vale. Para eles precisava-se de “mais técnica para poder desenvolver-se, e que baixa produção se devia ao atraso do beiradeiro”. (PINHEIRO, 2018, p. 188).

Entretanto, relembremos que as crônicas datam de 1956, ou seja, não foram escritas na mesma década que a barragem foi construída, contudo, este dialogo contribui para compreendermos que existia um alvo a ser culpado pela baixa produtividade do Vale, estes, eram os varzeanos. Os moradores rurais desta região eram vistos como atrasados e utilizadores de métodos arcaicos de produção agrícola, um pessoal que de acordo com o pensamento modernizador, precisaria ser educado. por isso ele salientou que:

Concomitantemente com a instalação dos canais de irrigação, devia o governo fazer funcionar escolas de iniciação agrícola, em regime de internato, semi-internato e externato, utilizando os prédios da Escola Normal Rural de Assú – que seria concluído – da Escola de Tratoristas de Assu (que estranhamente não está situada em território assuense) e do

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Campo de Sementes de Ipanguaçu. Uma regulação própria distribuiria as atribuições desses estabelecimentos, de acordo com o que fosse prudente e operante ao mesmo tempo. (SILVEIRA, 1996, p. 9).

A proposta da instalação das escolas agrícolas no Vale do Açu tem o intuito de preparar o agricultor com novas técnicas de produção agrícola. Os canais de irrigação dariam conta de levar água pela região do Vale, essa é a alternativa colocada por ele para que o Vale deixe de ser seco e desenvolva a potencialidade que Celso expões em sua escrita. Todavia, o manejo e manutenção dos canais de irrigação se daria por meio da atuação especializada, é nessa perspectiva que seria importante a implementação de escolas agrícolas em distintas modalidades de ensino para atender uma demanda da região, desenvolvendo o Vale por meio da teoria e da prática.

Enquanto os prédios da Escola Normal Rural de Assú, da Escola de Tratorista de Assú e o Campo de Sementes de Ipanguaçu poderiam comportar escolas com variedades de ensino com modalidades de internato, semi-internato e externato e, que teriam as atribuições institucionais regulamentadas por lei própria e em conformidade com o que fosse prudente. Nas escolas rurais “construídas pelo INEP ‘Santo Antônio’ e ‘Vila dos Carnaubais’, seria ministrados ensinamentos rudimentares aos agricultores, já ‘feitos’ no amanho da terra pelos métodos antiquados, sem possibilidades de se amoldarem a uma moderna formação agrícola”. (SILVEIRA, 1996, p. 9).

Mesmo buscando o desenvolvimento do Vale, Celso da Silveira se contrapõe e representou o pequeno agricultor como um trabalhador averso à modernização. Propondo estabelecimentos de ensino voltados exclusivamente para os agricultores que ele considerou já “feitos” pela experiência de anos de trabalho no campo. Nessas escolas voltadas para os agricultores experientes, o método de ensino que lhes é proposto por Celso é representado como rudimentar, e são considerados pelo intelectual como a única opção para o agricultor já “feito”, por

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

ele ser representado como um homem incapaz de se moldar a uma formação agrícola moderna.

Apesar de Silveira fazer esta separação do sertanejo experiente, vale lembrarmos que o público alvo de Celso da Silveira não são as gerações mais velhas e sim as mais novas. Aqui, ao propor escolas agrícolas de internato, semi-internato e externato, vislumbramos que seu intuito foi abarcar as gerações mais novas, as que ele classificaria como mais moldáveis à uma formação agrícola moderna.

Considerações finais

As crônicas de Celso da Silveira, que aqui foram analisadas como fonte, contribuem para o enriquecer a historiografia assuense e do Vale do Açu. Com este texto, conseguimos problematizar para além dos verdes carnaubais e das representações a respeito da cidade. Deste modo, vislumbramos o estímulo à novas fontes e abordagens que tratem da espacialidade de Assú e do Vale como objeto de estudo, especial, dentro do campo da História Ambiental e das discussões que envolvem o antropoceno.

Conclui-se que a escrita tecida por Silveira se propôs a salientar as possibilidades de crescimento do Vale do Açu, tornando a região o principal celeiro agrícola do Estado. Este estudo lança olhares em cima de uma abordagem que problematiza Assú fora de um contexto cultural, com destaque para o setor econômico.

Portanto, o sertão assuense para além dos carnaubais visa não só uma terra que é/foi reconhecida como a *Terra dos Verdes Carnaubais*. Só isso não bastava, a escrita de Celso da Silveira no que se tratou de “preservação”, convergiu para o progresso do Vale do Açu e uma consequente modernização da região, são reivindicações não para o seu presente, mas sim, para o futuro dos filhos da terra,

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

que poderiam gozar de uma terra produtiva, desenvolvida e rica. Assim, visando um sertão para além dos carnaubais, ele vislumbrou um sertão modernizado e próspero. Entretanto, ao descrever este vale próspero, relegou o conhecimento do agricultor para o segundo plano, considerando que o velho sertanejo seria um sujeito que precisaria ser educado para lidar com o semiárido

REFERÊNCIAS

Fontes

SILVEIRA, Celso da. **Salvados do Assu**. Natal: Boágua Editora, 1996.

SILVEIRA, Celso da. **Tempo Passa Tempo**. Natal: Boágua Editora, 1995.

Bibliografia

ALVES, José Jakson Amâncio. Geocologia da caatinga no semi-árido do nordeste brasileiro. *Climatologia e Estudos da Paisagem*, **Rio Claro**, v. 2, n. 1, 2007.

CASTRO, Antônio Sérgio; CAVALCANTE, Arnóbio. **Flores da Caatinga**. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido, 2011.

COLLOT, Michel. **Ruma a uma geografia literária**. Gragoatá, Niterói, n. 33, p. 17-31, 2012.

EVANGELISTA, Antônia dos Reis Salustiano. **O processo de ocupação do bioma caatinga e suas repercussões socioambientais na Sisalândia, Bahia**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

LIMA, Adriana Ribeiro de. **Trabalhadores da Carnaúba: paisagem cultural e modo de vida dos camponeses em Russas-Ce na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. **O Vale das Miragens: grandes projetos hídricos e a ‘redenção’ do Baixo Açu (1910-1983)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2018.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade